

**LÍNGUA PORTUGUESA**

**Há salvação para o ensino público**

1 O resultado do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), disponível desde  
2 ontem na página do Ministério da Educação na internet, evidencia o grau de  
3 degradação a que chegou a educação pública no país. Das mil escolas com piores  
4 notas nas provas do ano passado, 965 são estaduais. Por outro lado, entre as mil  
5 melhores, figuram apenas 36 instituições estaduais de ensino. Forçoso lembrar que  
6 85% dos estudantes de nível médio estão matriculados em colégios estaduais.  
7 Portanto, de posse desses números tão pífios quanto chocantes, os governantes  
8 deveriam agir sem demora, concedendo total prioridade à educação, a fim de evitar  
9 que mais uma geração de brasileiros se perca nos limites da iliteracia.

10 Embora tenha conseguido vencer o desafio da universalização no acesso ao  
11 ensino fundamental, no fim dos anos 90, o Brasil continua atrasado em relação à  
12 qualidade oferecida pela rede pública no ensino médio. Já se tornou tristemente  
13 comum encontrar, dentro de classe, adolescentes incapazes de ler e entender textos  
14 mais complexos ou mesmo fazer as quatro operações aritméticas. Num mundo cada  
15 vez mais marcado pelo avanço do conhecimento e pela inovação tecnológica, o  
16 Brasil segue na contramão, embora tenha bons exemplos a mirar.

17 Não se trata de copiar a fórmula da rede particular de ensino (que, aliás,  
18 domina a lista do Enem, com 905 entre os mil estabelecimentos com notas mais  
19 altas). Há boas escolas públicas no nível fundamental, conforme revelou o estudo  
20 'Aprova Brasil – O direito de aprender'. [...]

21 De acordo com o estudo, os projetos pedagógicos com melhores resultados  
22 são exatamente os que apelam para a simplicidade e a criatividade. Ou seja, a chave  
23 do sucesso não está necessariamente relacionada à qualidade da infraestrutura nem  
24 à disponibilidade de recursos. Algumas escolas montaram bem-sucedidos programas  
25 de leituras sem terem biblioteca. [...] Mais importante ainda: embora os colégios  
26 analisados estivessem situados em diferentes contextos socioeconômicos, tinham  
27 algo em comum: professores empenhados e capacitados, estabilidade do corpo de  
28 funcionários administrativos e forte apoio dos pais, principalmente na fiscalização da  
29 frequência, no controle das lições de casa e até na confecção de lanches.

30 Portanto, é possível elevar a qualidade da educação pública a partir de  
31 medidas simples e baratas – bastando, para isso, vontade política e orientação. Mas  
32 não há mais tempo a perder.

<http://jbonline.terra.com.br/pextra/2009/04/29/e290424712.asp>

COM BASE NO TEXTO, ASSINALE A ALTERNATIVA QUE COMPLETA CORRETAMENTE AS QUESTÕES DE 01 A 10.

**01.** O propósito comunicativo do texto é, sobretudo,

- (A) criticar a realização das avaliações do ENEM.
- (B) incitar o leitor a lutar em defesa da escola pública.
- (C) mostrar que a educação pública no Brasil pode melhorar.
- (D) descrever, com detalhes, o sistema de ensino na educação básica.

**02.** Os resultados do ENEM revelam que

- (A) as escolas da rede pública apresentam uma atuação medíocre.
- (B) a maioria dos estudantes do nível médio pertence às escolas estaduais.
- (C) o Brasil venceu o desafio da universalização no acesso ao ensino fundamental.
- (D) os estabelecimentos de ensino da rede particular têm um desempenho inexpressivo.

**03.** Há uma estratégia concessiva na seguinte passagem do texto:

- (A) “Das mil escolas com piores notas nas provas do ano passado, 965 são estaduais” (linhas 3-4).
- (B) “Forçoso lembrar que 85% dos estudantes de nível médio estão matriculados em colégios estaduais” (linhas 5-6).
- (C) “os governantes deveriam agir sem demora, concedendo total prioridade à educação, a fim de evitar que mais uma geração de brasileiros se perca nos limites da iliteracia” (linhas 7-9).
- (D) “Embora tenha conseguido vencer o desafio da universalização no acesso ao ensino fundamental, no fim dos anos 90, o Brasil continua atrasado em relação à qualidade oferecida pela rede pública no ensino médio” (linhas 10-12).

**04.** Com base no contexto lingüístico, pode-se depreender que o vocábulo *iliteracia* (linha 9) significa

- (A) instrução.
- (B) qualidade de literário.
- (C) qualidade do que é literal.
- (D) condição ou estado de iletrado.

**05.** Entre os motivos que explicam o sucesso de certas escolas públicas de nível fundamental, são citados no texto o(a)

- (A) inovação tecnológica e programas de leituras.
- (B) apoio dos pais e a presença de professores capacitados.
- (C) disponibilidade de recursos e a fiscalização da frequência.
- (D) qualidade da infraestrutura e projetos pedagógicos criativos.

**06.** Nos enunciados “**Portanto**, é possível elevar a qualidade da educação pública a partir de medidas simples e baratas” (linhas 30-31) e “**Mas** não há mais tempo a perder” (linhas 31-32), as palavras destacadas em negrito expressam, respectivamente :

- (A) explicação e adição.
- (B) restrição e conclusão.
- (C) conclusão e oposição.
- (D) consequência e explicação.

**07.** Quanto às noções de sintaxe, é **correto** afirmar que

- (A) a oração “concedendo total prioridade à educação” (linha 8) expressa modo.
- (B) o pronome “que” em “que, aliás, domina a lista do Enem” (linhas 17-18 ) exerce a função de objeto.
- (C) “Das mil escolas com piores notas nas provas do ano passado, 965 são estaduais” (linhas 3-4) é uma oração sem sujeito.
- (D) “Já se tornou tristemente comum encontrar, dentro de classe, adolescentes incapazes de ler e entender textos mais complexos” (linhas 12-14) é um período composto por coordenação.

**08.** Quanto aos fatos gramaticais da língua, pode-se afirmar que o(a)

- (A) mudança da posição do adjetivo em “bons exemplos a mirar” (linha 16) altera o sentido da expressão.
- (B) pronome “os”, em “são exatamente os que apelam para a simplicidade e a criatividade” (linha 22), refere-se a “resultados”.
- (C) vocábulo “aliás”, em “que, aliás, domina a lista do Enem” (linhas 17-18), poderia ser substituído, sem alteração de sentido, por “a propósito”.
- (D) conjunção “já” em “Já se tornou tristemente comum encontrar, dentro de classe, adolescentes incapazes de ler e entender textos mais complexos” (linhas 12-14), é empregada com valor alternativo.

**09.** A relação de idéias existente entre os enunciados

“Não se trata de copiar a fórmula da rede particular de ensino” (linha 17)

e “Há boas escolas públicas no nível fundamental” (linha 19),

poderia ser explicitada por meio do conectivo

- (A) “porém”.
- (B) “portanto”.
- (C) “enquanto”
- (D) “visto que”.

**10.** Observe o documento abaixo:

Maria Auxiliadora Sena da Silva, professora de Ciências deste estabelecimento de ensino, vem mui respeitosamente solicitar a V. S.<sup>a</sup> os incentivos a que tem direito por ter concluído o Curso de Especialização em Biologia, no dia 16 de maio de 2009.

Trata-se do fragmento de um

- (A) aviso.
- (B) ofício.
- (C) memorando.
- (D) requerimento.

### **LEGISLAÇÃO**

**11.** De acordo com a Lei N. 587 de 13 de junho de 2005, os Servidores Civis da Administração Direta, Autarquias, Fundações Públicas e Câmara Municipal de Xinguara perceberão adicionais de insalubridade e de periculosidade, nos termos das normas legais e regulamentares pertinentes aos trabalhadores em geral, calculados com base nos seguintes percentuais:

- (A) dez, vinte e quarenta por cento, no caso de insalubridade nos graus mínimo, médio e máximo, respectivamente e dez por cento, no de periculosidade, sobre o valor recebido a título de gratificações recebidas.
- (B) dez, vinte e trinta por cento, no caso de insalubridade nos graus mínimo, médio e máximo, respectivamente e dez por cento, no de periculosidade.
- (C) dez, vinte e quarenta por cento, no caso de periculosidade nos graus mínimo, médio e máximo, respectivamente e dez por cento, no de insalubridade.
- (D) dez, vinte e quarenta por cento, no caso de insalubridade nos graus mínimo, médio e máximo, respectivamente e dez por cento, no de periculosidade.

**12.** No recebimento da gratificação natalina pelo servidor municipal de Xinguara

- (A) a fração igual ou superior a 15 (quinze) dias será considerada como mês integral.
- (B) a fração igual ou superior a 20 (vinte) dias será considerada como mês integral.
- (C) será considerada como base de cálculo as demais vantagens pecuniárias recebidas.
- (D) será paga até o dia 15 (quinze) do mês de dezembro de cada ano.

**13.** Por reversão entende-se:

- (A) a forma de provimento, em cargo mais compatível, pelo servidor que tenha sofrido limitação em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica oficial.
- (B) a progressão funcional do servidor estável a uma posição que lhe assegure maior vencimento base, dentro da mesma categoria funcional, obedecidos os critérios de antiguidade e merecimento, alternadamente.
- (C) o reingresso no serviço público do servidor em disponibilidade, em cargo de natureza e padrão correspondente ao que ocupava.
- (D) o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos da aposentadoria.

**14.** A exoneração de cargo efetivo dar-se-á

- (A) a pedido do servidor, ou de ofício.
- (B) a pedido do servidor requerente de abertura de processo administrativo disciplinar.
- (C) mediante solicitação da Secretaria onde o servidor estiver lotado.
- (D) somente por ofício do chefe imediato do servidor exonerado.

**15.** Vencimento é

- (A) o acúmulo das vantagens pecuniárias permanentes percebidas pelo servidor.
- (B) a retribuição pecuniária calculada a partir da quantidade de salários mínimos percebidos pelo servidor.
- (C) a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei.
- (D) o salário mínimo mensal percebido pelo servidor.

**16.** As diárias percebidas pelo servidor municipal constituem

- (A) remuneração.
- (B) indenização.
- (C) salário.
- (D) gratificação adicional.

**17.** Ao servidor investido em função de direção, chefia ou assessoramento é devida uma gratificação, pelo seu exercício, de

- (A) até 50% (cinquenta por cento).
- (B) no mínimo 50% (cinquenta por cento).
- (C) até 30% (trinta por cento).
- (D) até 80% (oitenta por cento).

**18.** O valor da contribuição para a Previdência Social do servidor municipal, será sempre fixado por

- (A) decreto legislativo municipal.
- (B) lei municipal.
- (C) lei estadual.
- (D) lei federal.

**19.** A demissão do servidor é

- (A) o afastamento do cargo decorrente de prática de infração disciplinar, apurada em inquérito administrativo, assegurada ao acusado ampla defesa, em obediência ao princípio do contraditório.
- (B) a exoneração de cargo efetivo a pedido do servidor, ou de ofício.
- (C) o afastamento do cargo decorrente de prática de infração disciplinar, apurada em inquérito administrativo, assegurada ao acusado ampla defesa, em obediência ao princípio do contraditório somente nos casos requeridos de ofício pelo próprio servidor.
- (D) a dispensa do cargo de confiança para o qual foi designado decorrente de prática de infração disciplinar, apurada em inquérito administrativo, assegurada ao acusado ampla defesa, em obediência ao princípio do contraditório.

- 20.** A posse do servidor no cargo público ocorrerá no prazo de
- (A) 30 (trinta) dias contados da aprovação em concurso público.
  - (B) 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de provimento.
  - (C) 30 (trinta) dias após o encerramento do estágio probatório.
  - (D) pelo menos 06 (seis) meses de declaração de vacância de algum cargo público.

### **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**21.** Segundo as normas previstas no Manual SIH/SUS de novembro/2006, deve ocorrer emissão de nova AIH:

- (A) quando no campo de procedimentos especiais houver mais de 2 procedimentos.
- (B) para paciente clínico que necessite ser reinternado pela mesma patologia, 01 dia após a alta.
- (C) em cirurgia, desde que uma 2ª cirurgia não ocorra no mesmo ato anestésico, inclusive reoperação.
- (D) para paciente sob cuidados prolongados ou de psiquiatria.

**22.** Segundo as normas do Código de Ética Médica:

- (A) É vedado ao médico deixar de atuar com absoluta isenção quando designado para servir como perito ou auditor, assim como ultrapassar os limites das suas atribuições e competência.
- (B) É direito do médico auditor ou perito intervir nos atos profissionais de outro médico, fazer apreciação em presença do examinado.
- (C) É direito do médico auditor utilizar-se de sua posição para impedir que outro médico atue dentro dos princípios éticos.
- (D) É direito do médico auditor alterar prescrição ou tratamento do paciente determinado por outro médico.

**23.** Paciente foi internado para realização de apendicectomia. Durante o ato cirúrgico foi detectado processo inflamatório vesicular havendo necessidade de realização também de colecistectomia. Foi solicitada mudança de procedimento para procedimento de maior valor que é a colecistectomia. Como deve proceder o auditor?

- (A) Dar parecer desfavorável à solicitação de mudança de procedimento.
- (B) Dar parecer favorável à mudança de procedimento para procedimento de menor valor.
- (C) Dar parecer favorável à solicitação de mudança de procedimento para procedimento de maior valor.
- (D) Dar parecer desfavorável à mudança de procedimento sugerindo ao médico assistente solicitar nova AIH.

**24.** Assinale a alternativa correta. À direção estadual do Sistema Único de Saúde – SUS, compete entre outras ações:

- (A) Estabelecer critérios, parâmetros e métodos para o controle da qualidade sanitária de produtos, substâncias e serviços de consumo e uso humano.
- (B) Controlar e fiscalizar os procedimentos dos serviços privados de saúde.
- (C) Prestar cooperação técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o aperfeiçoamento da sua atuação institucional.
- (D) Promover a descentralização, para os Municípios, dos serviços e das ações de saúde.

**25.** Entre os indicadores básicos para a saúde no Brasil, do subconjunto morbidade e fatores de risco temos a taxa de prevalência de diabetes melito assim conceituada:

- (A) nº de casos de diabetes melito (códigos E10 a E14), por 1.000 habitantes, existentes na população residente em determinado espaço geográfico, na data de referência do ano considerado.
- (B) nº de casos de diabetes melito (códigos E10 a E14), por 100 habitantes, existentes na população residente em determinado espaço geográfico, na data de referência do ano considerado.
- (C) nº de casos de diabetes melito (códigos E10 a E14), por 1.000 habitantes, existentes na população residente em determinado espaço geográfico.
- (D) nº de casos de diabetes melito (códigos E10 a E14), por 100 habitantes, existentes na população residente em determinado espaço geográfico.

**26.** Na auditoria operativa do SUS, a amostragem a ser auditada deve considerar a representatividade e o quantitativo de AIH obedecendo a critérios:

- (A) em unidades hospitalares com mais de 500 AIHs a amostragem é de 10%.
- (B) em unidades hospitalares com 201 a 300 AIHs a amostragem é de 30%.
- (C) em unidades hospitalares com 101 a 200 AIHs a amostragem é de 50%.
- (D) em unidades hospitalares com até 100 AIHs a amostragem é de 100%.

**27.** No Brasil, segundo a Constituição Federal de 1988:

- (A) É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País, salvo nos casos previstos em lei.
- (B) É permitida a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.
- (C) As instituições privadas não poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.
- (D) As instituições privadas não poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades com fins lucrativos.

**28.** Na lista de doenças de notificação compulsória, não está incluída

- (A) sífilis congênita.
- (B) sífilis adquirida.
- (C) febre amarela.
- (D) febre maculosa brasileira.

**29.** Em relação à acomodação do paciente, nos casos de urgência /emergência e não havendo leitos disponíveis nas enfermarias cabe à Unidade Assistencial:

- (A) Proceder à internação do paciente em acomodações especiais, até que ocorra vaga em leito de enfermarias, sem registro adicional, a qualquer título.
- (B) Não havendo leitos disponíveis nas enfermarias, recusar internação do paciente.
- (C) Proceder à internação do paciente em acomodações especiais, com registro adicional, a título de justificar cobrança de diferença de valor.
- (D) Proceder à internação do paciente mediante complementaridade do pagamento das despesas médico-hospitalares.

**30.** Segundo o Código de Processo Ético-Profissional, a punibilidade por falta ética sujeita a Processo Ético-Profissional prescreve:

- (A)** em 3 (três) anos, contados a partir da data do conhecimento do fato pelo Conselho Regional de Medicina.
- (B)** em 4 (quatro) anos, contados a partir da data do conhecimento do fato pelo Conselho Federal de Medicina.
- (C)** em 5 (cinco) anos, contados a partir da data do conhecimento do fato pelo Conselho Regional de Medicina.
- (D)** em 4 (quatro) anos, contados a partir da data do conhecimento do fato pelo Conselho Regional de Medicina.